IMPACTO DO DESEMPREGO E DA INFORMALIDADE SOBRE A EMPREGABILIDADE E A RENDA FUTURA DO JOVEM

Maria Cristina Cacciamali[1]
Fabio Tatei[2]

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o mercado de trabalho juvenil indica que os jovens entre 15 e 29 têm elevada participação na População Economicamente Ativa (PEA). Entre os quais se destacam as coortes etárias de 15 a 17 anos e 18 e 24 anos, idades nas quais os jovens ainda precisam aumentar sua formação escolar. O padrão de inserção no mercado de trabalho juvenil, segundo estudos recentes, caracteriza-se por alta taxa de desocupação e alto nível de informalidade, maior rotatividade no emprego, desigualdade de gênero e, quando ocupados, baixa remuneração, sobretudo para as mulheres. Ademais, proporção expressiva de jovens trabalha acima de 44 horas por semana o que lhes dificulta a conjugação com as atividades escolares (Braga, Rodarte; 2006). A essas características agrega-se aquela de a cada ano, devido ao alto desemprego, o jovem ter que se defrontar com maior número de concorrentes mais bem preparados.

O desemprego é um fenômeno que atinge de forma mais marcante os jovens em todos os países (Cacciamali, 2005), no caso da Espanha, por exemplo, a taxa é de 53,2%, em 2015 (ILO, 2015). No caso do Brasil, a taxa de desocupação juvenil alcança de forma persistente o triplo da taxa de desemprego do adulto (tabela 1). Nos anos 1990, o ajustamento da economia brasileira a um modelo mais competitivo ocorreu de forma mais intensa, seguida de reestruturação produtiva, que reduziu sensivelmente o número de postos de trabalho, especialmente na indústria de transformação, o que contribuiu, ao lado do gerenciamento macro e microeconômico empregado, para retração de outras atividades e do emprego formal. O crescimento da economia por outro lado foi instável e relativamente baixo, e o crescimento da oferta de empregos foi insuficiente frente ao crescimento da população economicamente ativa (Baltar; 2003). Por sua vez, na década de 2000, especialmente a partir de 2003, o crescimento econômico evoluiu de forma continua, mostrando ainda uma elevada elasticidade

1. Mestre, doutora e livre-docente pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP). *E-mail*: <cacciamali@usp.br>.
2. Economista e mestre pela USP, doutorando em desenvolvimento econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). *E-mail*: <ftatei@gmail.com>.

emprego/produto que levou à criação de 14,4 milhões de empregos segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a maioria formal. Mesmo com esse cenário positivo, a taxa de desocupação juvenil manteve-se elevada no período, apesar da tendência declinante que só foi freada na crise mundial de 2008 (Cacciamali, 2011).

Um fato agravante nos últimos anos é que, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego, entre 2013 e 2014, o aumento da desocupação juvenil deve-se às mudanças nos fluxos da situação de atividade, o fluxo de entrada de jovens no desemprego, a partir da ocupação ou da inatividade, aumentou 33%, enquanto o fluxo de saída da desocupação diminuiu 21%. E, mais, entre 2014 e 2015, período de retração do produto interno bruto (PIB) da ordem de –3,8%, a taxa de desocupação aberta, segundo a Pnad, passou por forte aceleração nas coortes jovens, aumentou 3,8 pontos percentuais (p.p.) na faixa de 15 a 17 anos e 4,7 p.p. para os que têm entre 18 e 24 anos (tabela 1). Esses resultados ressaltam os efeitos adversos da atual recessão econômica sobre o mercado de trabalho que, entre outros, resultou na destruição de 1,6 milhão de postos de trabalho celetista e elevou a população desocupada em mais de 3 milhões apenas no ano de 2015 (Cacciamali, Tatei, 2016). Com uma deterioração tão acelerada das condições trabalhistas, não é surpreendente que ocorra uma elevação mais do que proporcional da taxa de desocupação e da inatividade dos jovens, grupo mais vulnerável em crises ao ter menor expectativa de obter emprego devido à menor qualificação e à menor experiência.

O desemprego dos jovens tem impactos micro e macroeconômicos, de curto e de longo prazo. Pode aumentar o risco de pobreza, menor qualificação e exclusão social, assim como causar perda de motivação e problemas de saúde físicos e mentais (Bell, Blachflower; 2010). A primeira consequência é a perda direta de renda e a depreciação da qualificação geral do desempregado, além de ele perder capital humano específico da ocupação pregressa, caso não seja recém-ingressante. O tempo da duração do desemprego provoca mais do que a perda da renda no presente – estudos mostram que tem consequência sobre a empregabilidade e a renda futura do desempregado. O longo período de busca de emprego pode levar a períodos maiores de desemprego ao longo do ciclo de trabalho, perda de qualificação e de produtividade e perda de renda futura que repercutirão em âmbito macro com perda de crescimento e produtividade. Esse ciclo aumenta os custos do Estado, pela necessidade de maiores recursos para prover serviços públicos e benefícios sociais, e implica menor receita de impostos devido à diminuição de renda (European Youth Forum, 2013).

TABELA 1

Taxa de participação e taxa de desocupação, por faixa etária - Brasil (2002-2015)

(Em %)

Ano	Taxa de participação			Taxa de desocupação		
	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos
2002	24,0	68,2	76,6	34,2	21,6	9,0
2003	26,0	70,2	78,5	38,2	23,4	9,4
2004	25,5	70,7	78,8	35,5	22,6	8,7
2005	22,5	69,5	78,6	33,3	20,6	7,4
2006	23,6	70,7	79,1	32,7	21,0	7,6
2007	22,1	70,9	79,7	32,0	19,8	7,2
2008	21,7	70,7	79,9	28,8	16,7	6,3
2009	19,1	70,0	80,1	28,7	17,3	6,6

(Continua)

(Continuação)

Ano	Taxa de participação			Taxa de desocupação		
	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos
2010	18,9	70,2	80,9	25,7	14,9	5,5
2011	19,8	69,7	81,1	23,0	13,4	4,8
2012	19,4	69,6	81,6	22,1	12,4	4,6
2013	18,9	68,0	81,8	24,7	12,7	4,3
2014	16,4	65,2	81,3	24,4	12,1	3,9
2015	15,7	64,7	81,3	30,6	16,8	5,8

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (2002-2015).
Obs.: Média anual das regiões metropolitanas.

Posto isto, o presente artigo visa apresentar as estimações dos efeitos da desocupação e da informalidade juvenil sobre as chances de ocupação adulta e sobre o rendimento do trabalho adulto entre os jovens cujas famílias recebem o benefício do Programa Bolsa Família (PBF). Ressalvamos, porém, que não é objetivo do artigo captar os possíveis impactos do PBF, mas apenas restringir a amostra para abarcar os jovens de famílias socialmente mais vulneráveis.[3] A seção 2, *O que sabemos sobre o desemprego juvenil e rendimento futuro?*, trata de uma resenha da literatura especializada, selecionada para referenciar as relações entre o desemprego juvenil e sua trajetória ocupacional. A seção 3, *Os dados e o modelo*, apresenta as fontes de dados e os tratamentos econométricos aplicados. Por sua vez, a seção 4, *Impacto da desocupação e informalidade juvenil sobre a ocupação adulta*, e a seção 5, *Impacto da desocupação e informalidade juvenil sobre o rendimento futuro*, contemplam os resultados dos modelos utilizados para duas variáveis dependentes, taxa de ocupação e rendimento do trabalho, respectivamente. Por fim, tecemos as considerações finais.

2 O QUE SABEMOS SOBRE O DESEMPREGO JUVENIL E RENDIMENTO FUTURO?

A literatura sobre o desemprego enfatiza que os trabalhadores jovens, de menor grau de escolaridade e menor experiência no mercado de trabalho, são os mais afetados pelo fenômeno, sobretudo se os jovens procedem de estratos sociais de menor renda. São três os principais eixos de racionalização que visam explicar o maior desemprego juvenil e que se reforçam mutuamente: *i*) menor capital humano adquirido no sistema escolar, pouca ou nenhuma experiência de trabalho e baixa mobilidade social e ocupacional; *ii*) assimetria de informações no mercado de trabalho; e *iii*) restrições legais.[4]

A primeira vertente (menor capital humano adquirido no sistema escolar, pouca ou nenhuma experiência de trabalho e baixa mobilidade social e ocupacional) argumenta que o quadro de insuficiência escolar para enfrentar o mercado de trabalho é mais evidente

3. O trabalho que originou este artigo contempla três subamostras de jovens pobres em famílias participantes do PBF, não participantes e total. Optamos pela primeira subamostra para verificar os resultados sobre este grupo porque a amostra abarca as famílias mais pobres e porque os resultados entre as três categorias diferem pouco entre si. Ademais, a escolha de não apresentar os resultados da amostra total, que inclui o PBF com variável dependente, é que a estimação dos efeitos de longo prazo dos objetos do presente estudo pode ser considerada prematura, dado que se trata de um programa relativamente recente.

4. Segundo a emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, os jovens de até 18 anos de idade não podem exercer ocupações em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e proíbe a contratação de menores de 16 anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Por meio do Decreto nº 5.598/2005, o contrato de aprendizagem foi reformulado, passando o limite de idade de 18 para até 24 anos, e excluindo o limite de idade para aprendizagem para casos de jovens com deficiências. O contrato de trabalho do aprendiz é formal e de prazo determinado, com duração máxima de 2 anos e obrigatoriamente deve estar ligado à formação técnica-profissional. Mais detalhes em Machado (2013).

entre os jovens de famílias mais pobres, entretanto, a necessidade de complementar a renda familiar e/ou de renda para seus gastos pessoais leva a que o dilema entre trabalhar e estudar se defina, muitas vezes, no abandono da escola ou, na melhor das hipóteses, na redução do tempo dedicado ao estudo. Entre os jovens, as mulheres mostram maiores taxas de desocupação perante os homens, pois além de se defrontar com os mesmos fatores que restringem a empregabilidade dos jovens homens, ainda são objetos de discriminação e de segregação ocupacional.

No Brasil, as maiores taxas de desocupação são observadas entre jovens entre 5 e 8 anos de escolaridade, sendo que as mulheres mostram maior probabilidade de se inserir em um posto de trabalho depois de 8 anos de escolaridade, enquanto os homens jovens necessitam de 12 anos de escolaridade para aumentar suas chances de emprego (Camarano *et al*. 2003). Ademais, as mulheres jovens inserem-se no mercado de trabalho, em geral, em empregos e ocupações de menor qualificação e que vêm acompanhados de baixa remuneração como, por exemplo, serviço doméstico, limpeza e determinados segmentos do comércio varejista. Assim, o ingresso precoce do jovem de família pobre no mercado de trabalho pouco contribuirá para a elevação de seu capital humano ou de seu capital social, pois em geral irá exercerá uma ocupação de baixa qualificação e de alta rotatividade. Esse fato somado à menor frequência ou abandono da escola aumenta a probabilidade de reproduzir a pobreza de seus pais, ou até de protagonizar um processo de mobilidade social descendente ao longo de seu ciclo de vida de trabalho.[5]

O segundo eixo de explicação centra-se na teoria da informação assimétrica apresentada por Akerlof (1970), desenvolvida por Spence (1973) para o mercado de trabalho e educação, e Rothschild e Stiglitz (1976) para o mercado de seguros. Na questão da desocupação no mercado de trabalho, pressupõe-se que os empregadores possuem menos informações sobre as características produtivas dos trabalhadores mais jovens e dos semiqualificados em relação aos demais grupos. Logo, a ausência de informações poderá levar à constatação de que houve uma seleção equivocada do jovem e/ou do semiqualificado recém-ingressado, acarretando frustração quanto ao desempenho esperado, o que provoca a sua dispensa. Em outras palavras, o jovem e/ou o semiqualificado não encontra fortes restrições para sua contratação, contudo, a dificuldade é que este trabalhador corresponda às expectativas e execute o desempenho desejado/esperado pelo empregador a fim de nele permanecer. Ademais, a ausência de informações pode acarretar aos empregadores redução da oferta de postos de trabalho para esse grupo, o que eleva a taxa de desocupação.

Reis e Camargo (2007), com base na referida teoria e nas evidências empíricas geradas por modelos aplicados para o Brasil,[6] propõem que os seguintes comportamentos sejam observados: relação positiva entre dispersão dos rendimentos e experiência, com maiores variações para os semiqualificados; relação positiva entre rendimentos e idade, com maiores variações para jovens; e correlação negativa entre desigualdade de rendimentos e taxa de desocupação. As duas primeiras relações derivam diretamente da proposição teórica e, como

5. As adolescentes apresentam ainda uma restrição adicional. Em famílias em que há crianças pequenas, a fim de liberar os mais velhos para o mercado de trabalho, ela pode cumprir as funções de cuidar de todas as necessidades da família, o que muitas vezes implica abandono da escola, o que lhe fechará as portas para uma participação futura de melhor qualidade no mercado de trabalho (Kliksberg; 2006). Estudos empíricos a respeito da mobilidade social no Brasil indicam que a conjugação de barreiras intergeracionais e intrageracionais pode produzir um ciclo cumulativo de reprodução da desigualdade que resiste a alterações (Pinto e Neri, 2000; Cacciamali e Tatei, 2012).
6. Ver, entre outros, Greenwald (1986), e Farber e Gibbons (1996).

visto anteriormente, o segundo comportamento refere-se ao fato de que nas situações em que se observa uma maior assimetria de informações, a oferta de postos de trabalho será menor, o que leva a uma taxa de desocupação maior. Camargo e Reis (2005) confirmam as duas primeiras relações, além da segunda hipótese. As conclusões deste estudo reforçam o argumento sobre a alta rotatividade dos jovens no mercado de trabalho.[7]

A literatura acerca dos efeitos perversos da desocupação sobre o salário dos trabalhadores está bem consolidada (Kletzer, 1989; Fallick, 1996; Nickel, Jones e Quintini; 2002; Couch e Placzek, 2010). Em especial, Stevens (1997) verifica que uma parcela significativa das perdas salariais dos trabalhadores é decorrente da incidência de períodos de desocupação nos primeiros anos de inserção no mercado de trabalho. Cruces, Ham e Viollaz (2012) em estudo comparativo entre Brasil e Argentina, e Bassi e Galiani (2009) para o Chile verificaram que as coortes etárias que estiveram expostas a altas taxas de desemprego e informalidade em sua juventude, quando adultas, apresentam pior nível ocupacional e de remuneração no mercado de trabalho.[8]

Posto isto, a pergunta que se deseja aqui responder é: entre os mais pobres, o desemprego e a informalidade têm efeitos negativos sobre a empregabilidade e a renda futura?

3 OS DADOS E O MODELO[9]

Estudo recente de Cacciamali, Tatei e Lima (2015) estimou o impacto do desemprego e da informalidade sobre a ocupação e a renda futura dos mais pobres por meio de dois modelos econométricos aplicados a um pseudo painel construído com base na Pnad dos anos de 2003 a 2012. Proposta por Deaton (1985), a construção de um pseudopainel consiste em agregar uma série de dados *cross-section* em coortes, definidas de acordo com o ano de nascimento dos indivíduos, considerando em cada grupo as observações na média.[10] Assim, o pseudo painel assume uma forma similar ao painel verdadeiro, mas com observações para as coortes em vez de observações para indivíduos.

Como a Pnad não levanta informações das famílias beneficiárias de programas sociais, exceto em alguns suplementos especiais, a identificação das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) foi realizada por meio da variável "renda de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e

7. Vale notar que no estudo de Camargo e Reis (2005) é o empregador que provoca a alta rotatividade dos jovens, ao contrário da proposição de Flori (2003), que defende o desemprego voluntário do jovem trabalhador como a causa principal da rotatividade juvenil.

8. Esses efeitos tendem a diluir-se ao longo do tempo, mas são mais marcantes para a força de trabalho menos qualificada. Nesse quadro, a discriminação social e a segregação ocupacional agravam a reprodução da desigualdade e da pobreza, haja vista a sobrerrepresentação de pretos e pardos nos estratos inferiores de renda, de educação e ocupacional e a sua maior probabilidade de desemprego (Valle-Silva, 1988 e 2003; Osório, 2004).

9. Apresentamos nesta seção uma síntese do modelo e das estimações. Os resultados mais detalhados encontram-se no relatório Cacciamali, Tatei, Lima (2015), referente à Chamada MCTI-CNPq/MDS-SAGI nº 24/2013 – Desenvolvimento Social.

10. Este fato traz implicações relevantes, pois significa que a base de dados apresentará menores medidas de erro no tocante aos indivíduos, possibilitando também maior estabilidade para analisar os resultados de longo prazo, uma vez que os choques de transmissão são omitidos e os movimentos de curto prazo também. Eliminam-se, assim, os problemas de desgaste ou atrito das observações, comuns em pesquisas de painel. O pseudo painel, porém, apresenta algumas desvantagens: não fornece informações de dinâmicas intragrupos, o que pode enviesar os resultados. Ademais, na medida em que os dados são tratados em nível de grupo, se houver efeitos como migração ou morte, de forma que afete o número de informações em cada grupo, isso também pode gerar viés, conforme já destacado por Antman e Mackenzie (2005). Embora, este viés tenha contornado para o presente estudo devido ao tamanho das amostras das fontes de dados utilizadas. Em média, cada coorte etária do estudo contém 212 observações, sendo que o mínimo foi de 84 observações e o máximo de 519.

outros rendimentos (v1273)".[11] Além da participação ou não no PBF foi considerado um filtro adicional que restringiu a amostra para os indivíduos considerados "jovens" segundo o Estatuto da Juventude, que abarca a população de 15 a 29 anos de idade. Isso restringiu a amostra de modo a considerar apenas os nascidos a partir do ano de 1974, que seriam os últimos indivíduos que se encaixariam nessa classificação de juventude em 2003, ano de criação do PBF. Adicionalmente, a amostra foi limitada até os nascidos em 1993, pois aqueles que nasceram após essa data não completaram 18 anos de idade em 2012, ano da última Pnad utilizada neste estudo. Com esses filtros, gerou-se um pseudo painel de 200 observações (20 coortes etárias; 5 regiões geográficas e 2 sexos), cujas variáveis representam médias ponderadas desse recorte. A pergunta que se pretende responder é: o desemprego juvenil e informalidade afetam a ocupação e o rendimento dos ocupados quando se tornam adultos? Para tanto, adotou-se o modelo a seguir:

$$Y_{ct} = X_{ct}\beta + Z_{ct}\delta + T_t\gamma + \eta_c + \xi_{ct} \quad (1)$$

$$w_{ct} = X_{ct}\beta + Z_{ct}\delta + T_t\gamma + \eta_c + \xi_{ct} \quad (2)$$

As variáveis dependentes são: Y_{ct}, a taxa de ocupação (modelo 1) e w_{ct}, o logaritmo do salário-hora (modelo 2). X_{ct} representa a média das características individuais dentro de cada coorte/ano, que correspondem ao sexo, idade, idade ao quadrado, anos de escolaridade, área de situação censitária, e introduzimos uma variável sobre o jovem ser membro de uma família que recebe Bolsa Família; Z_{ct} captura a participação no mercado de trabalho de acordo com a idade das coortes etárias em cada instante do tempo;[12] T_t é o efeito do tempo; $\eta\xi_c$ representa a heterogeneidade não observada na coorte etária, por exemplo, a propensão em continuar desempregado por coorte etária; e, por fim, ξ_{ct} representa o erro idiossincrático.

Os dados a respeito dos rendimentos foram deflacionados em relação ao ano-base de 2012, por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ajustado para pesquisas domiciliares de acordo com Corseuil e Foguel (2002). Para a informalidade no mercado de trabalho, consideramos três grupamentos: um com os ocupados na posição de assalariado sem carteira de trabalho assinada, outro com os trabalhadores por conta própria e, por fim, um terceiro grupo que considera as duas posições de ocupação em conjunto (informalidade ampla).[13]

---

11. A desagregação seguiu as seguintes etapas: *i*) estabelece-se o teto limite de acordo com o valor máximo que uma família pode receber por meio do PBF, sendo que, para o ano de 2003, consideraram-se os outros programas federais de transferência de renda. Assim, qualquer valor da soma da variável v1273 no domicílio seja igual ou inferior ao teto determinado para cada ano foi considerado como oriundo do PBF e programas correlatos; *ii*) gera-se o critério de "famílias vulneráveis" similar ao utilizado por Hoffman (2013), que abrange as famílias com renda familiar *per capita* de até 1.095 vezes o salário-mínimo. O objetivo dessa etapa é certificar que a renda desagregada como oriunda do PBF seja auferida pelas famílias mais pobres; *iii*) a partir desse limite baseado no salário-mínimo, comparam-se as famílias que apresentam renda oriunda do PBF. Caso a renda domiciliar desses domicílios seja superior ao critério de "famílias vulneráveis", considera-se que a renda da variável v1273 seja oriunda de juros e dividendos, e não de programas sociais. Assim, corrigem-se os valores que foram previamente considerados como oriundos do PBF.

12. Assim, se a coorte etária tiver idade inferior a 18 anos em determinado instante do tempo, as informações de desocupação e informalidade serão captadas nas respectivas variáveis de desocupação juvenil e informalidade juvenil. Caso a coorte etária tenha 18 anos ou mais, as informações de participação no mercado de trabalho serão captadas nas respectivas variáveis de inserção adulta no mercado de trabalho.

13. Embora funcionários estatutários possam ser considerados como assalariados sem carteira, eles não estão inclusos nesta categoria, que engloba apenas empregados que não possuem qualquer vínculo formal com o estabelecimento ou empregador.

O método para estimar as equações (1) e (2) segue o proposto por Russell e Fraas (2005), restrito às vertentes de efeitos fixos (EF) e efeitos aleatórios (EA), sendo que o primeiro se mostrou mais adequado.[14]

4 IMPACTO DA DESOCUPAÇÃO E INFORMALIDADE JUVENIL SOBRE A OCUPAÇÃO ADULTA[15]

Para a presente seção, concentramo-nos em resultados que consideram as estimativas da amostra de informalidade juvenil ampla, ou seja, os ocupados na posição de assalariado sem carteira de trabalho assinada mais aqueles que trabalham por conta própria (tabela 2). Entre os principais achados, destacamos que as coortes etárias femininas apresentam uma taxa de ocupação adulta 32,8% menor que a taxa de ocupação adulta dos homens no método EA, considerando todas as demais variáveis fixas. Esse resultado, em conjunto com a elevada taxa de desemprego feminina e o menor rendimento do trabalho reforçam o quadro grave de desigualdade de oportunidades que as mulheres neste estrato de renda enfrentam no mercado de trabalho. Em seguida, verificamos que o coeficiente do efeito marginal da escolaridade foi de 0,0425 no método EF, ou seja, o aumento da escolaridade em um ano representa uma elevação da taxa de ocupação na vida adulta de 4,25%; enquanto, no método EA, a estimativa foi similar, de 4,26%. Enfim, os resultados indicam que existe um efeito positivo nas chances de ocupação dos jovens ao aumentar seu capital humano, corroborando os resultados verificados por diversos estudos na literatura.

Por sua vez, o efeito marginal da idade sobre a taxa de ocupação é positivo, mas diminui quanto mais velho for o indivíduo. Por exemplo, no método EA, a passagem da idade de 17 anos para 18 anos aumenta a taxa de ocupação em 4,77%, enquanto a passagem de 25 anos para 26 anos acarreta um aumento de 2,69%; e, no método de EF, os patamares dos efeitos marginais são de aproximadamente 1,4 p.p. inferiores perante o método de EA.[16] Esse comportamento tem a ver com dois aspectos: o fato de que a taxa de ocupação dos mais jovens tende a ser significativamente menor perante a taxa dos indivíduos mais velhos, na medida em que muitos ainda frequentam a escola ou universidade; e com a assimetria de informações no que tange à capacidade profissional dos trabalhadores mais jovens, ou seja, a idade representa uma *proxy* mais confiável da experiência dessas coortes etárias para o mercado de trabalho.

O efeito marginal da ocupação informal antes dos 18 anos impacta negativamente a taxa de ocupação adulta: o aumento de 1% da taxa de informalidade acarreta na redução de -1,5% da taxa de ocupação adulta no método EF, e de -1,6%, segundo o método EA.

---

14. A estimativa por EF baseia-se na remoção da heterogeneidade não observada η_c ao extrair a variação temporal e cada observação do painel. Em outras palavras, o método de EF exclui as características individuais que não se alteram ao longo do tempo, o que, por sua vez, implica a premissa de que essas características não se correlacionam entre as observações. Por sua vez, o método de EA pressupõe que X_{ct} e Z_{ct} não se correlacionam com o que permite a inclusão de variáveis independentes que sejam fixas ao longo do tempo. Por fim, a decisão acerca do método ideal depende se η_c é correlacionado com as variáveis exógenas do modelo. Os testes aplicados mostraram que o método de efeitos fixos era o mais adequado, embora, apresentamos os resultados de ambos os métodos para ilustração.

15. Apresentamos nesta seção uma síntese das estimações. Os resultados mais detalhados encontram-se no relatório *Desemprego juvenil, reprodução de problemas e necessidade de inovações na política pública*. São Paulo: CNPq/MDS, 2015, referente à Chamada MCTI-CNPq/MDS-SAGI Nº 24/2013 – Desenvolvimento Social.

16. Em uma função quadrática, por exemplo, $y = \beta_0 + \beta_1 x + \beta_2 x^2$, o efeito marginal de x pode ser simplificado pela expressão $\Delta y \approx (\beta_1 x + 2\beta_2 x)\Delta x$, desde que Δx seja pequeno.

O efeito marginal da desocupação juvenil é relativamente menor, de modo que o aumento de 1% da proporção de desocupados[17] acarreta a redução da taxa de ocupação adulta em -1,1% e -0,9%, respectivamente (tabela 2).

TABELA 2

Estimativas dos efeitos marginais sobre a taxa de ocupação dos maiores de 18 anos de idade

	Emp. sem carteira assinada		Conta-própria		Informal (ambos)	
	EF	EA	EF	EA	EF	EA
Mulher		-0,3274* (0,0076)		-0,2992* (0,0088)		-0,3285* (0,0073)
Anos de estudo	0,0435* (0,0045)	0,0434* (0,0043)	0,0367* (0,0045)	0,0375* (0,0043)	0,0425* (0,0044)	0,0426* (0,0042)
Idade	0,0816** (0,0385)	0,0940* (0,0047)	0,0599 (0,0415)	0,0915* (0,005)	0,0780** (0,0383)	0,0919* (0,0046)
Idade^2	-0,0014* (0,0001)	-0,0014* (0,0001)	-0,0013* (0,0001)	-0,0013* (0,0001)	-0,0013* (0,0001)	-0,0013* (0,0001)
Desocupação juvenil	-1,2149* (0,1168)	-1,0136* (0,1077)	-2,1572* (0,1526)	-2,0779* (0,1501)	-1,1078* (0,1116)	-0,9039* (0,1031)
Informal juvenil (1)	-1,5578* (0,0887)	-1,6948* (0,0855)	-5,5631* (0,4671)	-5,8772* (0,4784)	-1,4675* (0,0699)	-1,5960* (0,0677)
Urbano	0,0334 (0,0328)	0,0218 (0,0321)	0,0306 (0,0327)	0,0132 (0,0318)	0,0320 (0,0318)	0,0176 (0,0311)
d. região	não	sim	não	sim	não	sim
d. ano	sim	sim	sim	sim	sim	sim
N. obs.	1800	1800	1800	1800	1800	1800
N. coortes	200	200	200	200	200	200
R2	0,8065	0,9213	0,7720	0,9016	0,8144	0,9249

Fonte: Microdados da Pnad/IBGE (anos de 2003 a 2012, exceto em 2010).
Elaboração dos autores.
Notas: * significativo a 1%;
** significativo a 5%;
*** significativo a 10%.
Obs.: EF método de efeitos fixos; EA: método de efeitos aleatórios.

Além disso, o exercício de uma ocupação por conta própria tem impacto mais negativo que o trabalho como assalariado sem registro na carteira profissional. Entre outras, duas podem ser as explicações. A primeira é que os trabalhadores por conta própria tendem a dedicar menos tempo ao estudo que os empregados sem carteira – respectivamente, 7,4 e 8,4 anos médios de estudo em 2014 –, e, independentemente da qualidade de ensino, aqueles que concluem o ensino básico possuem um cartão de entrada mais favorável no mercado de trabalho quando adulto. A segunda refere-se ao modo de trabalho por conta própria exercido pelos jovens que geralmente é intermitente, irregular e de baixa qualidade, e essa experiência laboral representa um bônus negativo para uma futura ocupação aos olhos dos empregadores, haja vista que ainda não adquiriram disciplina e ou hábitos regulares de trabalho.

Destarte, esses resultados fortalecem a relevância de políticas de trabalho para a juventude que favorecem a ocupação assalariada, como o programa Jovem Aprendiz do governo federal e os cursos técnicos conjugados com estágios.

17. Chamamos a atenção de que não se trata da taxa de desocupação, mas na proporção de desocupados.

5 IMPACTO DA DESOCUPAÇÃO E INFORMALIDADE JUVENIL SOBRE O RENDIMENTO FUTURO

Os impactos das variáveis selecionadas sobre o rendimento do trabalho do jovem quando adulto complementam os resultados anteriores, ratificando as expectativas. As mulheres tendem a receber um rendimento médio 51,8% inferior aos homens, migrar das áreas rurais para as áreas urbanas tende a elevar a renda do trabalho em 17,3% e o aumento de um ano de escolaridade é responsável por aumentar o rendimento adulto em até 6,2% (tabela 3). Por sua vez, o efeito marginal decrescente da idade pouco difere entre os dois métodos, sendo que, para efeito ilustrativo, o aumento da idade de 17 para 18 anos impacta um aumento de 9,4% da renda do trabalho, segundo o método EF, e de 29 para 30 anos o efeito marginal declina para aproximadamente 2,9%; enquanto no método EA as estimativas são aproximadamente 1,5 p.p superiores.

TABELA 3

Estimativas dos efeitos marginais sobre a renda do trabalho para maiores de 18 anos de idade

	Emp. sem carteira assinada		Conta própria		Informal (ambos)	
	EF	EA	EF	EA	EF	EA
Mulher		-0,5185* (0,015)	0,0808*	-0,4920* (0,0163)		-0,5176* (0,0145)
Anos de estudo	0,0673* (0,012)	0,0632* (0,0107)	(0,0147) 0,2352	0,0786* (0,0122)	0,0624* (0,0115)	0,0582* (0,01)
Idade	0,2010 (0,1367)	0,1762* (0,0178)	(0,1476) -0,0034*	0,2109* (0,0225)	0,1859 (0,1383)	0,1663* (0,0164)
Idade^2	-0,0028* (0,0003)	-0,0028* (0,0003)	(0,0004) -23,0151*	-0,0034* (0,0004)	-0,0027* (0,0003)	-0,0026* (0,0003)
Desocupação juvenil	-13,8436* (2,926)	-12,9533* (2,7889)	(2,9464) -40,9604*	-22,0100* (2,8856)	-13,1203* (2,7891)	-12,2240* (2,6256)
Informal juvenil (1)	-13,3015* (1,4385)	-13,4116* (1,4035)	(6,4334) 0,0844	-42,1158* (6,1244)	-12,6142* (1,1225)	-12,8022* (1,0891)
Urbano	0,1265 (0,097)	0,1819 (0,0951)	(0,1151) 0,0808*	0,1200 (0,1126)	0,1239 (0,0949)	0,1727*** (0,0924)
d. região	não	sim	não	sim	não	sim
d. ano	sim	sim	sim	sim	sim	sim
N. coortes	200	200	200	200	200	200
R2	0,8197	0,8562	0,7737	0,8195	0,8273	0,8634

Fonte: Microdados da Pnad/IBGE (anos de 2003 a 2012, exceto 2010).
Elaboração dos autores.
Notas: * significativo a 1%;
** significativo a 5%;
*** significativo a 10%.
Obs.: EF método de efeitos fixos; EA: método de efeitos aleatórios.

Observamos que o efeito marginal da informalidade, em módulo, é relativamente menor que o efeito marginal da desocupação: redução de -12,6% e -13,1% na renda do trabalho para o aumento de 1% na proporção de cada uma das respectivas variáveis segundo o método EF (tabela 3). Ademais, assim como nos resultados para a taxa de ocupação adulta, a ocupação por conta própria na juventude acarreta impactos negativos na renda do trabalho adulto em níveis expressivamente superiores em relação aos jovens empregados sem carteira de trabalho assinada (tabela 3).

Esses resultados corroboram estimativas similares de outros estudos, por exemplo, Gregg e Tominey (2004), Mroz e Savage (2006), e Bassi e Galiani (2009) verificaram

o efeito negativo do desemprego juvenil sobre o rendimento do trabalho adulto para os jovens da Grã Bretanha, Estados Unidos e Chile, respectivamente. Por sua vez, Cruces, Ham e Viollaz (2012) estimaram para o Brasil que, além do desemprego juvenil, a informalidade também afeta negativamente tanto as chances de ocupação adulta como o nível de remuneração do trabalho.

Comparando-se com as estimativas da seção anterior, podemos inferir que a entrada precoce e precária no mercado de trabalho tem impacto relativamente baixo sobre taxa de ocupação futura desses jovens, contudo, afetam expressivamente o nível de remuneração, ao menos nos primeiros anos da vida adulta. Supondo que a inserção precoce no mercado de trabalho esteja relacionada à menor dedicação aos estudos ou até a evasão do sistema educacional, os resultados sugerem que o maior incremento de capital humano leva a maiores oportunidades de inserção em postos de trabalho mais qualificado e de melhor remuneração para essas coortes etárias; enquanto aqueles que, de alguma forma, se viram obrigados a entrar precocemente no mercado de trabalho em prejuízo de sua educação formal, permaneceram confinados em ocupações de baixa qualificação e rendimento.

Por outro lado, ressaltamos que o modelo capta apenas duas formas de inserção precoce – conta própria e empregada sem registro – no mercado de trabalho que, de certa maneira, podem ser consideradas como nocivas à ocupação futura dos jovens. Excluem-se, assim, algumas formas de ocupação que são consideradas como benéficas, tais como o estágio e o aprendiz, mas que têm representatividade insignificante na amostra.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao recair mais intensamente sobre os estratos mais pobres, o desemprego incita a participação no mercado de trabalho de todos os membros da família, o que contribui para arraigar ainda mais a reprodução da desigualdade social. O jovem ingressa no mercado de trabalho, muitas vezes, em detrimento do estudo, o que o privará de uma trajetória profissional ascendente. A depreciação do capital humano e o desgaste do capital social provocados pelo desemprego de longa duração ampliam a possibilidade não apenas de reproduzir o quadro de desigualdade, como também de aprofundá-lo.

Os resultados mostram que, de fato, a desocupação e a informalidade na juventude, especialmente daqueles ocupados como conta própria, afetam negativamente a ocupação e o rendimento do trabalho enquanto adulto, ao menos nos primeiros anos após os 18 anos de idade. Inversamente, podemos falar da importância dos jovens permanecerem no sistema educacional e não ingressarem precocemente no mercado de trabalho, a não ser de forma regular para não prejudicarem suas oportunidades ocupacionais futuras.

Por conta disso é que as condicionalidades do PBF de frequência escolar revelam-se as mais promissoras, pois é possível supor que os jovens de famílias beneficiárias tendem a permanecer no sistema educacional por mais tempo, adiando sua entrada no mercado de trabalho, do que os jovens de famílias pobres não beneficiárias do Programa; hipótese corroborada por Ribeiro e Cacciamali (2012). Adicionalmente, ressaltamos a importância de vincular programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com os beneficiários do PBF, como alternativa de capacitação e qualificação profissional para os jovens de famílias pobres.

Assim, os programas que compõem o Sistema de Seguridade Social, do Serviço Público de Emprego, de Transferência de Renda e de Formação Profissional, entre os mais

importantes de inclusão social no Brasil, criam uma rede de proteção social que reduz os riscos da pobreza e que amplia as oportunidades de elevação das capacidades, do capital humano e social dos mais pobres. Entretanto, o desemprego juvenil no Brasil ainda se concentra em grupos específicos e o combate a esse fenômeno poderia ser aperfeiçoado por meio de intervenções públicas mais específicas, pois o atual arranjo e o conjunto de Instituições e Programas aparentam ser insuficientes para determinados grupos, especialmente para as mulheres jovens dos estratos sociais mais pobres.

REFERÊNCIAS

AKERLOF, G. The market for lemons: Qualitative uncertainty and the market mechanism. **Quarterly Journal of Economics**, v. 89, 1970.

ANTMAN, F.; MACKENZIE, D. J. Earnings mobility and measurement error: A pseudo-panel approach. **Policy Research Working Paper**, v. 3.745, World Bank, 2005.

BALTAR, P. E. A. **O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90**. Campinas. 2003. Tese (Doutorado), Livre-Docência em Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BASSI, M.; GALIANI, S. **Labor market insertion of young adults in Chile**. Washington D.C.: Inter-American Development Bank, 2009.

BELL, N. F.; BLANCHFLOWER, D. G. Youth Unemployment in Europe and the United States. **IZA Discussion Paper Series**, Institute for the Study of Labor, Bonn, n. 5.673, 2011.

BRAGA, T. S.; RODARTE, M. S. A inserção ocupacional e o desemprego dos jovens: o caso das regiões metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte. **Pesquisa e Debate**, v. 17, p. 103-123, 2006.

CACCIAMALI, M. C. Mercado de trabajo juvenil. Argentina, Brasil y México. **Employment Strategy Papers**, Genebra, v. 1, p. 1-35, 2005.

_____. Brasil: un caso reciente de crecimiento económico con distribución de renta. **Revista de Estudios Empresariales**. Segunda época, v. 1-2011, p. 46-64, 2011.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. **A transposição do umbral do ensino superior**: o acesso de mulheres, pretos e pardos no ensino superior e a persistência da desigualdade. 1. ed. São Paulo: LTr Editora, 2012. v. 1. p. 119.

_____. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, 2016. Disponível em: <goo.gl/xgbv9T>. Acesso em: 16 ago. 2016.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; LIMA, T. T. **Desemprego juvenil, reprodução de problemas e necessidade de inovações na política pública**. São Paulo: CNPq/MDS, 2015. (Chamada MCTI-CNPq/MDS-Sagi, n. 24/2013).

CAMARANO, A. A. *et al*. A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Rio de Janeiro, n. 21, 2003.

CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. Desemprego: o custo da desinformação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 59, n. 3, 2005.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 897).

COUCH, K.; PLACZEK, D. Earnings losses of displaced workers revisited. **American Economic Review**, v. 100, n. 1, p. 572-589, 2010.

CRUCES, G.; HAM, A.; VIOLLAZ, M. **Scarring effects of youth unemployment and informality**. Evidence from Argentina and Brazil. Center for Distributive, Labor and Social Studies. Facultad de Ciencias Económicas. Universidad de La Plata: 2012.

EUROPEAN YOUTH FORUM. **Policy paper on youth unemployment**. Bruxelas, 2013. Disponível em: <goo.gl/aQ60b6>. Acesso em: 14 mar. 2016.

FALLICK, B. C. A review of recent empirical literature on displaced workers. **Industrial and Labor Relations Review**, v. 50, n. 1, p. 5-16, 1996.

FARBER, H. S.; GIBBONS, R. Learning and wage dynamics. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 111, n. 4, p. 1007-1047, 1996. Disponível em: <goo.gl/Nd4sQj>. Acesso em: 3 jun. 2013.

FLORI, P. M. **Desemprego de jovens**: um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro. 2003. 77 f . Dissertação (Mestrado) – Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

GREENWALD, B. Adverse selection in the labour market. **Review of Economic Studies**, v. 53, 1986.

GREGG, P.; TOMINEY, E. The wage scar from youth unemployment. **CMPO Working Paper Series**, The University of Bristol, n. 4/097, 2004.

HOFFMAN, R. Transferências de renda e desigualdade no Brasil (1995-2011) *In*: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Global employment trends for youth 2015**: scaling up investments in decent jobs for youth. International Labour Office. Geneva: ILO, 2015.

KLETZER, L. G. Returns to seniority after permanent job loss. **American Economic Review**, 79, p. 536-543, 1989.

KLIKSBERG, B. O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, 2006. Disponível em: <goo.gl/0PSBRb>. Acesso em: 5 jun. 2013.

MACHADO, S. Proteção Jurídica do Trabalho do Jovem no Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 34, n. 124, p. 139-155, 2013.

MROZ, T. A.; SAVAGE, T. H. The long-term effects of youth unemployment. **The Journal of Human Resources**, v. 41, n. 2, p. 259-293, 2006.

NICKELL, S.; JONES, P.; QUINTINI, G. A picture of job insecurity facing British men. **The Economic Journal**, v. 112, n. 476, p. 1-27, 2002.

OSÓRIO, R. G. **A mobilidade social dos negros brasileiros**. Brasília: Ipea. 2004. (Texto para Discussão, n.1033).

PINTO, A.; NERI, M. Mobilidade ocupacional e raça: origens, destinos e riscos dos afro-brasileiros. **Ensaios Econômicos**, Rio de Janeiro, EPGE/FGV, n. 392, 2000. Disponível em: <goo.gl/5r22S9>. Acesso em: 28 ago. 2014.

REIS, M. C.; CAMARGO, J. M. Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, n. 4, 2007.

RIBEIRO, R. A.; CACCIAMALI, M. C. Impactos do Programa Bolsa Família sobre os indicadores educacionais. **Economia**, Brasília, v. 13, p. 415-446, 2012.

ROTHSCHILD, M.; STIGLITZ, J. Equilibrium in competitive insurance markets: an essay on the economics of imperfect information. **Quarterly Journal of Economics**, v. 95, p. 629-649, 1976.

RUSSELL, J. E.; FRASS, J. W. An application of panel regression to pseudo panel data. **Multiple Linear Regression Viewpoints**, v. 31, n. 1, 2005.

SPENCE, M. Job market signaling. **Quarterly Journal of Economics**, v. 87, p. 355-374, 1973.

STEVENS, A. H. Persistent effects of job displacement: the importance of multiple job losses. **Journal of Labor Economics**, v. 15, n. 1, p. 165-188, 1997.

VALLE-SILVA, N. Raça e mobilidade social. *In*: HASENBALG, C. (Org.); VALLE SILVA, N. (Org.). **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

_____. Expansão Escolar e Estratificação Educacional no Brasil. *In*: HASENBALG, C.; LIMA, M.; VALLE-SILVA, N. (Eds.). **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEATON, A. Panel Data from Time Series of Cross Sections. **Journal of Econometrics**, v. 30, p. 109-126, 1985.